



RELATÓRIO ESPECIAL

Ventos de mudança no cenário eleitoral latino- americano para 2017

Madrid, janeiro 2017

d+i desenvolvendo
ideias

LLORENTE & CUENCA



I. INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO
2. O REFORÇO DA GUINADA AO CENTRO-DIREITA
3. CANDIDATOS "ANTI-ESTABLISHMENT"
4. GOVERNOS DIVIDIDOS E REFORMAS ESTRUTURAIS
5. ENFRAQUECIMENTO DAS LIDERANÇAS E DOS PARTIDOS ALIADOS OU VINCULADOS AO SOCIALISMO DO SÉCULO XXI
6. CONCLUSÕES: RETRATO DE 2017 E PERSPETIVAS PARA 2018

Do ponto de vista eleitoral, 2017 será um ano de perfil moderadamente baixo para a América Latina: haverá apenas três eleições para eleger um presidente (Equador, Honduras e Chile) e outras três idas às urnas, uma de caráter legislativo (Argentina) e outras duas para renovar poderes locais em vários estados do México e a nível municipal na Nicarágua.

Portanto, este novo ano representa uma continuidade em relação a 2015 e 2016 no que diz respeito ao reduzido número de atos eleitorais. Em 2015 houve apenas eleições presidenciais na Guatemala e na Argentina e em 2016 foi renovado o poder executivo na República Dominicana, no Peru e na Nicarágua.

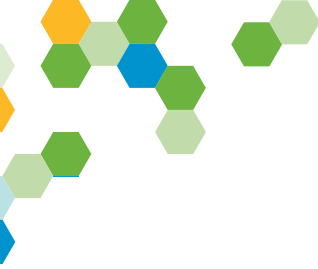
De qualquer forma, importa ter em conta não só o número de eleições, mas também a transcendência dos próprios atos eleitorais.

Assim, em 2015, a eleição de Mauricio Macri na Argentina representou o que já se apresenta como um divisor de águas em torno das tendências políticas regionais com o início de um processo que pode estar a levar a região a viver uma mudança de ciclo (a já conhecida, e matizável, "guinada à direita") que em certos aspetos as eleições de 2016 vieram confirmar.

Do mesmo modo, as eleições de 2017 vão contribuir para desenhar um novo mapa eleitoral não apenas para os países envolvidos, mas também para toda a região na expectativa daquele que se adivinha como um ano decisivo (2018), quando haverá renovação presidencial nas duas principais economias da região (México e Brasil), bem como em dois países de tanta importância e tão significativos pelos processos internos que estão a decorrer, tais como a Colômbia e a Venezuela. Além disso, Paraguai e Costa Rica também realizarão eleições.

2017 é um ano que, do ponto de vista eleitoral, é mais importante e transcendental do que pareceria à primeira vista. Já o ex-presidente argentino Eduardo Duhalde alertou que "se Macri não ganhar as eleições legislativas do próximo ano (2017), a Argentina poderá entrar num período muito difícil".

No Equador a oposição tem mais possibilidades do que nunca de acabar com uma década de hegemonia da força liderada por Rafael Correa, enquanto nas Honduras pode acabar com toda uma tradição histórica, que remonta a mais de meio século, com o regresso e a possibilidade de reeleição do atual presidente Juan Orlando Hernández.



“Mas não só a atual conjuntura conduz a uma transformação do modelo económico, mas os sistemas políticos vivem as tensões próprias desse menor crescimento económico”

O que parece claro é que a América Latina se encontra atualmente, e 2017 não será uma exceção, em plena mudança de época, tanto a nível económico como político. O final da Década Dourada (2003-2013), sustentada na bonança e no auge do preço das matérias-primas, deu lugar a um período de desaceleração económica (2013-2017) que obriga os países a reformular o seu próprio modelo de desenvolvimento e crescimento.

Uma matriz produtiva que, no novo contexto mundial, já não pode depender apenas da exportação de commodities sem valor agregado, uma vez que o desafio passa agora por construir economias mais produtivas e competitivas nas quais a ênfase recai sobre uma educação de qualidade e melhores infraestruturas, sobre um Estado mais eficaz e eficiente que desenvolva políticas públicas de incentivo à inovação e ao empreendedorismo no sentido de diversificar a produção e o destino das exportações.

Mas não só a atual conjuntura conduz a uma transformação do modelo económico, mas os sistemas políticos vivem as tensões próprias desse menor crescimento económico, o aumento da aversão dos cidadãos aos partidos, o agravamento da carga fiscal e a deterioração do funcionamento dos serviços públicos.

A região não escapa, nem se encontra isolada (não existe nenhum tipo de desacoplamento), e as transformações mundiais, geopolíticas e económicas têm um forte e rápido eco na região.

A nova dinâmica política regional é heterogénea, embora existam alguns paralelismos de país a país, e pode resumir-se no predomínio das vitórias eleitorais de candidatos ou forças que se situam ideologicamente ao centro-direita ou à direita; no progressivo enfraquecimento dos líderes, partidos e movimentos do “socialismo do século XXI”; no surgimento de candidatos anti-establishment ou com discurso anti-elite política com possibilidades de conseguir a vitória; em triunfos eleitorais ajustados e por escassa margem com a realização de uma segunda volta incluída nas presidenciais; e na cada vez mais frequente existência de “governos divididos” por disputas entre um legislativo e um executivo com cores políticas diferentes.

Nesse sentido, as eleições que terão lugar em 2017 aprofundarão a vigência de muitas dessas características, o que, por sua vez, supõe um precedente a ter em conta para o que acontecer na ida às urnas em 2018.

“Não se pode falar de uma homogênea “guinada à direita”, porque esta expressão esconde numerosas e significativas heterogeneidades”

2. O REFORÇO DA GUINADA AO CENTRO-DIREITA

A região está em pleno processo de transição econômica e mudança de ciclo político. Do predomínio dos presidentes e partidos de esquerda (de esquerda moderada ou esquerda próxima ou ligada ao “socialismo do século XXI”), progressivamente hegemônicos de 1998 a 2013, passou-se a uma nova época em que forças e candidatos situados à direita (Jimmy Morales) e ao centro-direita (Mauricio Macri ou a MUD na Venezuela) obtêm importantes vitórias eleitorais.

Não se pode falar de uma homogênea “guinada à direita”, porque esta expressão esconde numerosas e significativas heterogeneidades. Exemplo disso é Mauricio Macri, que se apresenta como a imagem prototípica e arquetípica dessa guinada à direita na sua condição de “liberal” e empresário, mas que, de forma pragmática,

lidera um governo de coligação no qual convivem forças de centro-direita (o seu próprio partido, o Pro) com partidos de centro-esquerda (a Coalición Cívica) e que se vinculam à internacional social-democrata (a Unión Cívica Radical).

Além destes importantes matices, a verdade é que esse predomínio do centro-direita vai ser posto à prova nas Honduras e no Chile, onde os candidatos a presidente e as forças de centro-direita partem em vantagem e poderiam prolongar uma mudança de tendência que tem vindo a ocorrer na região desde 2015 e que se aprofundou no ano que acaba de findar.

As eleições autárquicas que se realizaram em 2016 no México (junho), no Chile e no Brasil (ambas em outubro) vieram reforçar essa guinada, uma vez que esses três processos eleitorais evidenciaram um forte avanço das alternativas de centro-direita e uma importante descida das de centro-esquerda. Estes resultados inseriram-se dentro da crescente punição que estão a sofrer os oficialismos (Nueva Mayoría no Chile) ou os que o foram até há muito pouco tempo (o PT no Brasil).

Essas derrotas das diferentes esquerdas (Nueva Mayoría nas eleições autárquicas chilenas de 2016 e o chavismo nas legislativas venezuelanas de 2015) vêm acompanhadas também da emergência de novas figuras do

Tabela 1. Eleições na América Latina em 2017

PAÍS	DATA
EQUADOR	19 de fevereiro (presidenciais e legislativas) 2 de abril segunda volta das presidenciais)
MÉXICO	4 de junho (eleições autárquicas no Estado de México, Veracruz, Coahuila e Nayarit)
ARGENTINA	28 de outubro (eleições legislativas)
CHILE	19 de novembro (eleições presidenciais e legislativas)
HONDURAS	26 de novembro (presidenciais e legislativas)
NICARÁGUA	Novembro (eleições municipais)
CHILE	17 de dezembro (segunda volta das presidenciais)

“Em 2016 produziram-se novas derrotas dos oficialismos com duas exceções: o triunfo de Danilo Medina na República Dominicana e o de Daniel Ortega na Nicarágua”

centro-direita (Mauricio Macri na Argentina e Pedro Pablo Kuczynski no Peru).

Como se depreende do seguinte quadro, as tendências de direita e centro-direita triunfaram em oito das nove eleições ou consultas que foram realizadas em países da América Latina entre o final de 2015 e o final de 2016, sendo a única exceção a reeleição de Daniel Ortega na Nicarágua (excluem-se as eleições do México em 2016, porque não se realizaram em todo o país, mas apenas em determinados estados):

Em 2015, duas eleições mostraram-se muito emblemáticas como imagem da punição que estão a sofrer os oficialismos de esquerda: na Argentina, o kirchnerismo, após 12 anos no poder, foi despejado da Casa Rosada. Outra derrota de um oficialismo de esquerda ocorreu na Venezuela, também em 2015. Em dezembro desse ano, a oposição antichavista, reunida em torno da Mesa de Unidad Democrática, conseguiu derrotar o chavismo pela primeira

vez desde 1998 em eleições, transformando-se em majoritária no legislativo.

Em 2016 produziram-se novas derrotas dos oficialismos com duas exceções: o triunfo de Danilo Medina na República Dominicana e o de Daniel Ortega na Nicarágua. Pelo contrário, Evo Morales viu a sua aposta continuísta ser rejeitada num referendo realizado em fevereiro.

Para 2017 as eleições apresentam a coligação opositora de centro-direita Chile Vamos, com Sebastián Piñera como possível candidato presidencial, como favorita para ganhar as eleições presidenciais, apesar de a sua vantagem ter vindo a diminuir face à emergência de um político que pretende encarnar a renovação a partir do atual oficialismo de centro-esquerda (Alejandro Guillier).

Piñera é um candidato sólido, com experiência (foi presidente entre 2010 e 2014) e que no interior de sua coligação não encontra sérios rivais. Foi o claro favorito para ganhar durante todo o ano de 2016, embora nos últimos meses tenha sofrido um estancamento na intenção de voto e uma ligeira descida que se traduziu em ver como a sua vantagem ia diminuindo até quase desaparecer.

Hoje (janeiro de 2017), Guillier é a opção mais competitiva do Nueva Mayoría e o único que poderá derrotar Piñera na segunda volta. O ex-presidente

Tabela 2. Os resultados eleitorais na América Latina durante o último semestre

PAÍS	RESULTADO
GUATEMALA (2015)	Vitória de Jimmy Morales nas presidenciais (direita)
ARGENTINA (2015)	Triunfo de Mauricio Macri nas eleições presidenciais (centro-direita)
VENEZUELA (2015)	Vitória da antichavista Mesa de Unidad Democrática nas legislativas
BOLÍVIA (2016)	Derrota de Evo Morales no referendo para reformar a constituição
PERU (2016)	Vitória do liberal Pedro Pablo Kuczynski nas eleições presidenciais
REPUBLICA DOMINICANA (2016)	Reeleição de Danilo Medina (centro-direita)
CHILE (2016)	Vitória da coligação de centro-direita Chile Vamos nas eleições autárquicas
BRAZIL (2016)	Triunfo dos partidos de centro-direita nas eleições municipais
NICARAGUA (2016)	Reeleição de Daniel Ortega (esquerda)

“Uma parte do eleitorado parece mais receptiva à mensagem de personalidades fora do mundo da política”

lidera as intenções de voto para as eleições de novembro deste ano e o senador independente Alejandro Guillier consolida-se com força na corrida eleitoral, segundo a sondagem realizada em janeiro pelo Centro de Estudios Públicos (CEP). Piñera tem 20% das preferências de voto, mais 6 pontos percentuais em relação à sondagem anterior do CEP, publicada em agosto do ano passado.

O senador Guillier, que é próximo ao Partido Radical (social-democrata), ocupa o segundo lugar com 14% das intenções de voto, mais 13 pontos percentuais em relação à última sondagem realizada em meados de 2016. A candidatura de Guillier deixou em segundo plano as intenções presidenciais do ex-mandatário Ricardo Lagos, que tem 5% das intenções de voto, a mesma percentagem que em agosto de 2016.

Onde não parece haver punição ao oficialismo e sim confirmação da guinada ao centro-direita é nas Honduras. Neste país centro-americano transparece o triunfo de Juan Orlando Hernández, que conseguiu que os tribunais eleitorais lhe permitissem ir à reeleição e que conta com um forte apoio social: os resultados da última sondagem Cid Gallup revelam que Hernández é o líder com maior popularidade, com 54% de opiniões favoráveis.

3. CANDIDATOS “ANTI-ESTABLISHMENT”

Uma das sequelas da crise econômica de finais da década passada e princípios da atual foi o aumento dos níveis de aversão aos sistemas partidários e à “classe política”, o que provocou o surgimento de novas lideranças e diferentes alternativas políticas que põem em causa os modelos de desenvolvimento (Brexit) e as lideranças tradicionais (Donald Trump).

Uma parte do eleitorado parece mais receptiva à mensagem de personalidades fora do mundo da política, alheias às práticas clientelistas e pouco transparentes e que possuem uma linguagem clara e direta, diferente das velhas formas e maneiras dos políticos e partidos tradicionais.

Esta tendência mundial (ocorreu em Espanha com a ascensão de partidos como Podemos ou nos Estados Unidos com o triunfo de Donald Trump) tem também o seu eco na América Latina. Na realidade, já ocorreu nas eleições de 2015 com a vitória de Jimmy Morales na Guatemala, que fez da sua inexperiência (era ator de televisão, ou seja, vinha de fora do mundo da política) a sua principal bandeira eleitoral – quase a sua única bandeira (o seu lema era “Nem corrupto nem ladrão”).

“A região, em geral, enfrenta um período no qual deve, de uma forma ou de outra, pôr em prática profundas reformas estruturais para sair do atual período de crescimento lento”

Nas eleições de 2017, o caso mais claro de uma liderança emergente que se apoia numa mensagem dirigida contra a classe política tradicional pode ocorrer no Chile, onde o desencanto dos cidadãos pela desaceleração e o fracasso da agenda reformista do governo de Michelle Bachelet criaram um terreno fértil para a ascensão de “outsiders” com ideias anti-establishment.

No Chile, essa rejeição dos partidos e da classe política, a aversão ao sistema e um desencanto generalizado provocaram a emergência de figuras como Alejandro Guillier, que se apresenta como alternativa a políticos históricos como Ricardo Lagos e Sebastián Piñera.

No final de 2016, a sondagem semanal da Cadem revelou que o legislador continua a ser a melhor opção oficialista, com 15% das preferências, enquanto Lagos obtém apenas 6%. Além disso, a sondagem Cerc-Mori assinalava que Guillier venceria o ex-presidente Sebastián Piñera na segunda volta.

O senador independente Alejandro Guillier, que recolhe a mensagem da antipolítica onde encarna a rebelião dos independentes face à elite tradicional, apresenta-se como um político que vem de baixo em comparação com os empresários tornados políticos: “Tenho muita estima por ele (Piñera), acho

que é uma pessoa muito capaz, mas gosto que se dedique aos negócios e que deixe a política aos que são políticos para que não haja conflito de interesses... um presidente “não pode dedicar-se a ganhar dinheiro e também governar o país, ou uma coisa ou outra”.

4. GOVERNOS DIVIDIDOS E REFORMAS ESTRUTURAIS

A região, em geral, enfrenta um período no qual deve, de uma forma ou de outra, pôr em prática profundas reformas estruturais para sair do atual período de crescimento lento (crise ou forte desaceleração em alguns casos).

Esta necessidade coincide com uma conjuntura histórica na qual se fracionou e dividiu o voto e os velhos partidos desapareceram, entraram em decadência ou perderam poder e influência. Isso deu origem aos chamados “governos divididos”, onde a bandeira política do executivo não coincide com o predomínio político no legislativo: a consequência direta são frequentes paralisias legislativas por não serem alcançados acordos de Estado entre o presidente e uma oposição, majoritária ou predominante nas câmaras.

A América Latina está a ser povoada por países com esse tipo de “governos divididos”,

“O modelo presidencialista latino-americano, muitas vezes hiperpresidencialista, entra em colisão com parlamentos heterogêneos”

nos quais os chefes de Estado não têm maioria nem apoio suficiente no Legislativo. Isso causa problemas significativos de governabilidade se não há consenso político para promover as reformas.

Na América Latina existe uma situação semelhante, de governos divididos, com maior ou menor intensidade, na Argentina, com a complexa convivência entre Macri e os diferentes peronismos; no Brasil, nomeadamente durante a gestão da ex-presidente Dilma Rousseff; no Peru de Pedro Pablo Kuczynski, que mantém um difícil equilíbrio com o fujimorismo, que tem maioria absoluta no Legislativo.

Ocorrem situações semelhantes em Guatemala, El Salvador, Costa Rica, Panamá e México, sobretudo desde que deixou de funcionar o Pacto pelo México que o governo de Peña Nieto promoveu com os partidos opositores (PAN e PRD) e que permitiu a realização de importantes reformas, como a das telecomunicações ou a energética.

Quando surge um caso de “governo dividido”, a situação pode, por vezes, degenerar num claro conflito de legitimidades entre um presidente eleito por sufrágio universal direto e um Legislativo opositor do chefe do Estado que também conta com uma legitimidade surgida das urnas.

Assim, o modelo presidencialista latino-americano, muitas vezes hiperpresidencialista, entra em colisão com parlamentos heterogêneos. Os exemplos dessa tensão Legislativo-Executivo abundam na presente conjuntura, sendo o mais destacado o desastre institucional na Venezuela após as eleições legislativas do 6-D de 2015: o antichavismo, reunido em torno à Mesa de Unidad Democrática, desde então majoritário na Assembleia Nacional, colidiu várias vezes com o chavismo que controla a presidência (Nicolás Maduro), o poder judicial (Supremo Tribunal de Justiça) e o poder comunal, conduzindo o país a uma paralisia legislativa e a uma crise institucional.

Em 2016 o Peru começou a sentir de uma forma mais profunda o que é um “governo dividido” entre um presidente, Pedro Pablo Kuczynski, que derrotou por uma estreita margem Keiko Fujimori na segunda volta das presidenciais, e um Legislativo onde o partido Fuerza Popular (o fujimorismo), com 72 lugares, conta com a maioria absoluta de uma câmara com 120 deputados. Os primeiros passos da administração Kuczynski foram acompanhados pelo apoio à sua gestão da oposição fujimorista, que votou e deu a sua confiança ao gabinete liderado por Fernando Zavala e depois apoiou a delegação de poderes extraordinários no governo. No entanto, em finais de 2016, a relação entre o executivo e o fu-

“Nenhuma força detém, segundo as sondagens, uma maioria absoluta nem decisiva”

jimorismo entrou em rutura e foi até necessária a intervenção do arcebispo de Lima, o cardeal Juan Luis Cipriani, a fim de promover uma reunião entre Keiko Fujimori e o presidente para ultrapassar o impasse.

Os três países que realizam eleições presidenciais e os dois que têm eleições legislativas ou autárquicas em 2017 enfrentam conjunturas complexas nas quais vai ser necessário, a curto prazo, introduzir grandes ajustamentos (Equador), alargar as reformas já iniciadas (Argentina) ou promover novas reformas (Chile). E esta conjuntura terá lugar com parlamentos sem maiorias claras (Argentina) ou possivelmente muito fraturados (Chile e Equador).

Em especial, as eleições legislativas de outubro na Argentina são, nesse sentido, muito importantes para a governabilidade do país, para marcar o grau de apoio ou de deterioração do governo de Macri, após dois anos de gestão, e para discernir o futuro político em relação às eleições presidenciais de 2019.

Mauricio Macri demonstrou nestes primeiros meses de governo ter um bom jogo de cintura político que lhe permitiu negociar com os seus teóricos rivais (o peronismo e o gremialismo) e manter sólida a aliança heterogénea que sustenta o seu governo. Em 2017 o cenário muda porque serão realizadas eleições intercalares na Argentina, onde o governo

de Macri, e a coligação que o sustenta, Cambiemos, apostam uma parte significativa do seu capital político na renovação de metade da Câmara dos Deputados e de um terço do Senado.

As primárias abertas e obrigatórias, em agosto, tornam-se, por sua vez, quase um simulacro das eleições legislativas que se realizarão na terceira semana de outubro. Perder estas eleições levaria o governo a enfrentar o seu último biénio (2017-2019) numa posição débil, uma vez que ficaria politicamente ferido, precisando, ainda mais, do apoio dos setores opostos mais dialogantes: Sergio Massa e o peronismo não kirchnerista, os quais estariam a pensar mais numa estratégia para ganhar as presidenciais de 2019 do que em viabilizar o projeto macrista em todas as suas vertentes.

De qualquer forma, tudo indica que não haverá grandes mudanças quanto aos equilíbrios legislativos. Nenhuma força detém, segundo as sondagens, uma maioria absoluta nem decisiva e o máximo que pode acontecer é um ligeiro reforço da situação parlamentar do governo ou, talvez, um ligeiro enfraquecimento.

Ainda que ganhe as eleições de 2017, o partido Cambiemos não alcançará a maioria no Congresso: poderá melhorar na Câmara dos Deputados, mas continuará em minoria no Senado. O cenário mais provável

“Em 6 dos 8 países dessa área geográfica existiam já em 2013 governos de centro-direita”

é que o oficialismo aumente o número de deputados, mas não de forma significativa. O que parece provável é que o governo continue a depender dos acordos que celebrar com o peronismo e, sobretudo, com os governadores, que são determinantes no comportamento do Senado. Mas no governo e na opinião pública a ideia subjacente é que as eleições validarão ou suporão uma rejeição da gestão macrista e, por isso, os investidores estão a aguardar o resultado eleitoral para saber se as medidas de reforma económica continuarão entre 2017 e 2019 e se prolongarão para além de 2019.

5. ENFRAQUECIMENTO DAS LIDERANÇAS E DOS PARTIDOS ALIADOS OU VINCULADOS AO SOCIALISMO DO SÉCULO XXI

Com exceção da contundente vitória de Daniel Ortega nas eleições presidenciais de 2016 na Nicarágua, todos os outros partidos, líderes e movimentos próximos, aliados ou pertencentes ao “socialismo do século XXI” sofreram um claro recuo desde 2015.

A região passou por uma heterogénea “guinada à esquerda” entre 2005 e 2009 com a vitória de Evo Morales na Bolívia (2005), de Tabaré Vázquez no Uruguai (2004), de Rafael Correa no Equador (2006) e de Daniel Ortega na Nicará-

gua (2007), que se uniram a figuras como Hugo Chávez na Venezuela (desde 1999), Ricardo Lagos no Chile (desde 2000) e Lula no Brasil (desde 2003). Tratava-se de uma esquerda muito heterogénea e dificilmente passível de ser abrangida por uma única categoria: na realidade, na região coexistiam, e coexistem, três grandes tendências políticas.

Há uma década, quando surgiu o famoso conceito de “guinada à esquerda”, esta expressão ignorava não só a heterogeneidade dessa esquerda, mas a existência de partidos de centro-direita no poder, como o PAN no México e o uribismo na Colômbia.

Mas desde 2013, essa situação tem vindo a tornar-se mais marcada, uma vez que o centro-direita passou a governar de forma majoritária na América do Norte (o PRI de Enrique Peña Nieto no México), na América Central (Otto Pérez Molina/Jimmy Morales na Guatemala, Porfirio Lobo/Juan Orlando Hernández nas Honduras, Laura Chinchilla na Costa Rica e Ricardo Martinelli/Juan Carlos Varela no Panamá) e nas Caraíbas (Danilo Medina na República Dominicana).

Por outras palavras, em 6 dos 8 países dessa área geográfica existiam já em 2013 governos de centro-direita, com as exceções de Mauricio Funes, e depois Salvador Sánchez Cerén, em

“Em 2017 e 2018 poderá verificar-se uma avalanche de vitórias do centro-direita nuns casos e, noutros, a esquerda poderá enfrentar sérias dificuldades nas urnas”

El Salvador (que era um executivo de centro-esquerda democrático e reformista) e Daniel Ortega na Nicarágua.

Há três anos, na América do Sul havia três governos de centro-direita (o de Juan Manuel Santos na Colômbia, Horacio Cartes no Paraguai e Sebastián Piñera no Chile), três de centro-esquerda (Ollanta Humala no Peru, Dilma Rousseff no Brasil e José Mujica no Uruguai) e quatro do também heterogêneo socialismo do século XXI e aliados (Nicolás Maduro na Venezuela, Rafael Correa no Equador, Evo Morales na Bolívia e Cristina Kirchner na Argentina).

Tratava-se, portanto, de uma região dividida em três terços quase iguais, onde nenhuma das tendências obtinha um predomínio esmagador e onde as mudanças eleitorais mantinham a coexistência dessas mesmas tendências. Agora, neste biénio de 2015-2017, a situação está a inclinar-se mais claramente para a direita e tudo indica que esta situação poderá consolidar-se nos próximos anos: em 2015 a vitória de Mauricio Macri sobre o peronista Daniel Scioli pareceu dar início a uma nova etapa na região, marcada por governos de tendência ao centro-direita.

Uma tendência que a vitória de Jimmy Morales sobre a “social-democrata” Sandra Torres na Guatemala e o triunfo nas legislativas venezuelanas

da Mesa de Unidad Democrática sobre o PUSV só reforçaram. O fim do kirchnerismo na Argentina (unido à derrota do chavismo nas legislativas de dezembro de 2015 ou à destituição de Dilma Rousseff em 2016) pode ser considerado como o arranque da mudança de tendência ao nível regional.

O ano de 2016 foi atípico, pois só houve três eleições presidenciais (a da República Dominicana, onde se impôs o PLD de Danilo Medina; a do Peru, onde venceu Pedro Pablo Kuczynski; e na Nicarágua, onde triunfou sem problemas o sandinista Daniel Ortega).

Mas em 2017 e 2018 poderá verificar-se uma avalanche de vitórias do centro-direita nuns casos e, noutros, a esquerda poderá enfrentar sérias dificuldades nas urnas. Como aponta o politólogo Steven Levitsky “o recuo da esquerda tem duas causas principais. O primeiro é o desgaste natural depois de ter governado por três ou quatro mandatos. Poucos partidos ganham mais de três eleições presidenciais consecutivas (nos Estados Unidos, a última vez foi há quase 70 anos), e em democracia, quase nenhum ganha mais de quatro.

Depois de três mandatos, os governos perdem os reflexos políticos, afastam-se do povo e, muitas vezes, aumenta a corrupção. Mesmo quando não são muito corruptos (como no caso da Concertación no Chile), as

“As sondagens indicam que Lenín Moreno é o candidato com maior intenção de voto, mas muito longe do que Correa tinha historicamente”

As pessoas cansam-se. Mais cedo ou mais tarde, o desgaste afeta todos os governos. 12 anos (Argentina) ou 13 anos (Brasil) no poder é muito. Nada é permanente na democracia. Ninguém governa para sempre”.

Além desse desgaste próprio da gestão de governo, existem outros fatores estruturais, ligados ao novo contexto regional e internacional em matéria econômica, tais como o final do boom das matérias-primas.

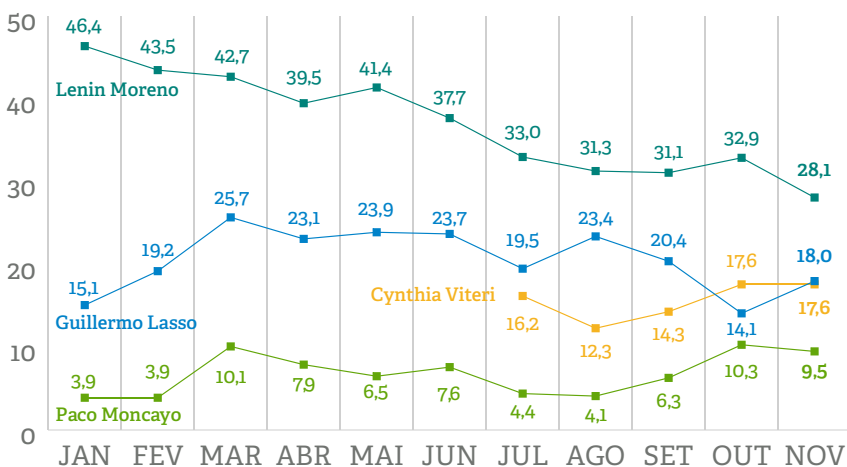
No Equador são palpáveis as dificuldades que atravessam os partidos da chamada esquerda bolivariana ou do “socialismo do século XXI” quando não têm os seus líderes como cabeças de lista e quando os pilares do modelo construído (altamente dependente das exportações de petróleo) se encontram danificados ou debilitados. O país

andino vai realizar eleições presidenciais em fevereiro de 2017, com a incógnita de saber se a governamental Alianza País, com Lenín Moreno como presidenciável, conseguirá prolongar a hegemonia do correísmo, no poder desde 2007.

Tudo indica que o candidato oficialista não poderá ganhar na primeira volta, interrompendo-se assim a tendência hegemônica em 2009 e 2013, quando Rafael Correa se impôs sem necessidade de disputar uma segunda volta. O atual presidente foi reeleito em 2009 na primeira volta com 51,9 %, a mais de 20 pontos percentuais de Lucio Gutiérrez, que obteve 28,2 %. Em 2013 repetiu a vitória e conseguiu 57 % em comparação com 24 % de Guillermo Lasso.

As sondagens indicam que Lenín Moreno é o candidato com maior intenção de voto, mas muito longe do que Correa tinha historicamente, e com uma certa tendência para descer. O atual presidente triunfou sobre a oposição em todos os terrenos desde que ganhou as eleições em 2006. Ganhou nas presidenciais (na segunda volta de 2006, em 2009 e em 2013), em referendos (2008 e 2011) e nas legislativas para a Assembleia Constituinte (2007). Nas presidenciais, Correa passou, entre 2009 e 2013, de 51% para 57% e aumentou a sua vantagem de 23 a 33 pontos percentuais sobre o segundo mais votado. Caso seja necessário realizar uma segunda volta em 2017,

Figura 1. Preferências eleitorais: percentagens por mês de 4 candidatos com maior aceitação (medições entre janeiro e novembro de 2016)



Fonte: tabela publicada pelo jornal El Universo - Market (Blasco Peñaherrera & Asociados)

“O candidato oficialista à presidência ratificou a sua proposta de apoiar os empreendimentos privados caso seja eleito presidente”

repetir-se-á a história do Equador de 1978 a 2006, quando o ocupante do Palácio de Carondelet foi sempre eleito numa segunda volta.

Lenín Moreno, que tenta dar a impressão de incluir a todos e de estar longe dos discursos mais polarizadores mais próprios de Rafael Correa, está a basear a sua campanha em atrair os seus partidários (evitando excessos de confiança e recuperando a mística do correísmo) e em buscar os desencantados da “Revolução Cidadã”.

Finalmente, não hesitou em dirigir-se a setores claramente situados à frente do atual governo, em especial aos empresários. O candidato oficialista à presidência ratificou a sua proposta de apoiar os empreendimentos privados caso seja eleito presidente: “Winston Churchill dizia que não nos devemos deixar ofuscar pelo bem-estar do empresário, uma vez que este é semelhante a um grande cavalo Percheron que carrega um grande fardo. E tinha razão, porque o proprietário de qualquer empresa sabe como é duro conseguir os recursos, pagar os funcionários, as responsabilidades financeiras e as despesas da indústria; por isso, os empresários sempre terão o meu apoio se eu for eleito presidente”.

As sondagens indicam também que a oposição, pelo menos a de centro-direita, estaria em con-

dições de quase igualar Moreno na primeira volta. No entanto, esses partidos estão muito longe de se unirem. Por conseguinte, embora tudo leve a pensar que Lenín Moreno será o mais votado na primeira volta, a grande disputa centra-se em saber quem ficará em segundo lugar. E nessa disputa encontram-se dois candidatos de similar perfil político: Guillermo Lasso, do movimento CREO, e Cynthia Viteri (PSC-MG).

Uma sondagem realizada pela empresa Cedatos no final de dezembro colocava o candidato oficialista, o ex-vice-presidente Lenín Moreno, em primeiro lugar nas intenções de voto com 35,6%, seguido por Lasso, com 22,3% (Moreno obtinha 36,2% em novembro e Lasso 22%). Segundo esta sondagem, a social-cristã Viteri figurava em terceiro lugar com 10,9%, seguida pelo ex-presidente da câmara de Quito, Paco Moncayo, da social-democrata Izquierda Democrática, com 6,9%. Os quatro candidatos restantes tinham menos de 4%.

6. CONCLUSÕES: RETRATO DE 2017 E PERSPETIVAS PARA 2018

As eleições que irão realizar-se na América Latina em 2017 vão continuar a traçar um retrato da situação política de cada país e, ao mesmo tempo, da região em geral, que será concluído no decisivo ano de 2018.

“Piñera conseguiu conter a descida das intenções de voto, mas o seu crescimento é inferior ao de Guillier, que registou um aumento espetacular no segundo semestre de 2016”

Um retrato que mostrará, por exemplo no Equador, se irá persistir o atual refluxo que estão a sofrer os movimentos, partidos e lideranças ligados ao “socialismo do século XXI”, que em 2013 viu desaparecer o seu líder mais carismático (Hugo Chávez) e que em 2017 perde outra das suas referências, Rafael Correa.

Mas não é só o fim de uma liderança em concreto, mas o quadro político-eleitoral transforma-se no Equador, já que o correísmo parece que não conseguirá vencer na primeira volta e o voto unânime da oposição (Lasso, Viteri e Moncayo) tem hipóteses de ganhar na segunda volta.

Também o que ocorrer em 2017 pode transformar-se num bom retrato para saber se as opções anti-establishment que estão a emergir não só na região mas no mundo inteiro contam com novos exemplos. As eleições presidenciais no Chile mostrarão o momento que atravessam muitos dos países da região: de lento crescimento económico que revela um modelo de desenvolvimento baseado na exportação de commodities, que claramente se encontra esgotado. No meio, uma sociedade que tem sofrido grandes transformações desde 1990 e que exige mudanças nas formas e no fundo de fazer política que dois candidatos tradicionais como Sebastián Piñera e Ricardo Lagos se encontram longe de poder cumprir. Isso abre as

portas a novas alternativas, como a de Alejandro Guillier: uma cara nova na cena política, muito mais jovem que Piñera e, sobretudo, que Lagos, e que defende uma nova forma de fazer política com uma linguagem contra as elites tradicionais.

Parece identificar-se melhor com uma parte do eleitorado cansado da classe política tradicional e que anseia por mudanças e renovação. Por enquanto, Piñera conseguiu conter a descida das intenções de voto, mas o seu crescimento é inferior ao de Guillier, que registou um aumento espetacular no segundo semestre de 2016, mas que levanta sérias dúvidas sobre se será capaz de manter semelhante progressão.

O retrato de países com governos divididos entre um Executivo de uma tendência política e um Legislativo de outra diferente que causa sérios problemas de governabilidade ou de paralisia institucional terá um capítulo especial na Argentina, em eleições legislativas cruciais para se conhecer a viabilidade ou não do projeto liderado por Mauricio Macri. Em 2018, muito provavelmente os presidentes que forem eleitos não terão a maioria no Legislativo em países como Costa Rica, Brasil e México.

Além disso, esse retrato completa-se em Honduras, onde podem confirmar-se não só as tendências para uma reeleição que caracterizam a região des-

“Em todos os atos eleitorais de 2017 e de 2018, uma constante será a dos resultados cerrados”

de os anos 90 e que têm vindo a aumentar nas últimas décadas, mas também a guinada à direita. O Partido Nacional, situado à direita do espectro político, não só conseguiu que as autoridades judiciais e eleitorais admitissem a possibilidade de reeleição (o Supremo Tribunal Eleitoral cumpriu uma sentença emitida em abril de 2015 pelo Supremo Tribunal de Honduras que institui a reeleição presidencial em qualquer de suas formas), mas que tem no atual presidente, Juan Orlando Hernández, o favorito para manter o poder para além de 2017.

As eleições de 2017 não são apenas um retrato, mas também constituem uma previsão do que pode acontecer em 2018, por exemplo, no México, já que o Estado do México irá realizar eleições para o cargo de governador em 2017. Trata-se de um território que sempre esteve nas mãos do PRI e que deu um presidente, Enrique Peña Nieto. O PRI leva vantagem sobre o PAN nas preferências eleitorais da eleição para o cargo de governador no Estado do México, segundo as respetivas sondagens dos jornais El Universal e Reforma.

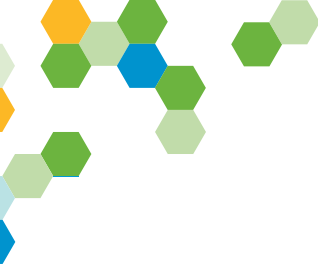
Olhando para trás, Peña Nieto começou a ser considerado como o grande favorito em 2012, quando conseguiu que o homem que escolhera, Eruvuiel Ávila, fosse eleito governador em 2011. Agora a jogada é parecida, tendo em vista o ano de 2018. O PRD e o PAN procuram

a maneira de conquistar o Estado do México para desferir um golpe devastador ao PRI e reduzir as suas possibilidades de ganhar a presidência em 2018.

Um triunfo no Estado do México deixaria o PAN, que esteve no poder entre 2000 e 2012, mais perto de regressar a Los Pinos. Há ainda outra opção: uma aliança contranatura e anti-PRI entre o esquerdista PRD e o centro-direitista PRD. O PRI vê o triunfo no Estado do México em 2017 como um trampolim para continuar a controlar a presidência no sexénio 2018-2014. Por último, Andrés Manuel López Obrador, líder nacional do partido Morena, vê a oportunidade de se transformar no principal partido da esquerda, ultrapassando o PRD.

Em todos os atos eleitorais de 2017 e de 2018, uma constante será a dos resultados cerrados. As vitórias avassaladoras na primeira volta ou numa segunda volta muito desequilibrada são acontecimentos do passado na maioria dos casos.

Lenín Moreno muito provavelmente terá de enfrentar uma segunda volta; Piñera parte como favorito no Chile, mas a sua diferença é muito pequena em relação ao mais competitivo dos pré-candidatos oficialistas (Guillier); e na Argentina, nem Macri nem os diferentes oficialismos conseguirão desequilibrar a balança que existe no domínio legislativo nas eleições intercalares.



“A demagogia e o populismo estão longe de se encontrarem em decadência ou prestes a desaparecer na América Latina”

Finalmente, 2017 e 2018 podem acabar por demonstrar que a derrota do kirchnerismo na Argentina, do chavismo nas eleições legislativas da Venezuela, ou de Evo Morales no referendo de fevereiro de 2016 não representam o fim dos modelos “populistas” nem indicam que estes estavam em retirada numa região que estava a dar uma “guinada à direita”.

A demagogia e o populismo estão longe de se encontrarem em decadência ou prestes a desaparecer na América Latina. Com efeito, tudo indica que reaparecerão com outros rostos, mas talvez já não sob a forma de “socialismo do século XXI”.

Como aponta, para o caso chileno, José Joaquín Brunner em *El Líbero*: “Nos próximos meses teremos de estar atentos aos avanços do populismo no mundo, mas, além disso, evitar que no Chile surjam fenómenos semelhantes. Nenhuma democracia está a salvo das tentações do populismo. Especialmente quando a democracia está debilitada, as elites andam nuas nas ruas, a situação económica é apertada, os partidos não gozam da confiança do povo e o governo caminha para o fim do seu mandato tendo deixado atrás de si um rasto de ilusões frustradas e uma verdadeira confusão na gestão dos assuntos públicos”.

LLORENTE & CUENCA

DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente
Sócio fundador e presidente
jalloriente@llorenteycuenca.com

Enrique González
Sócio e CFO
egonzalez@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo
Sócio e diretor geral corporativo de
Talentos, Organização e Inovação
acorujo@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO ESPANHA E PORTUGAL

Arturo Pinedo
Sócio e diretor geral
apinedo@llorenteycuenca.com

Goyo Panadero
Sócio e diretor geral
gpanadero@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO AMÉRICA LATINA

Alejandro Romero
Sócio e CEO América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo
Sócio e CFO América Latina
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO DE TALENTO

Daniel Moreno
Diretor de Talento
dmoreno@llorenteycuenca.com

Marjorie Barrientos
Gerente de Talento
para Região Andina
mbarrientos@llorenteycuenca.com

Eva Pérez
Gerente de Talento
para América do Norte, América
Central e Caribe
eperez@llorenteycuenca.com

Karina Sanches
Gerente de Talento para
Cone Sul
ksanches@llorenteycuenca.com

ESPAÑA E PORTUGAL

Barcelona

María Cura
Sócio e diretora geral
mcura@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona
Tel. +34 93 217 22 17

Madrid

Joan Navarro
Sócio e vice-presidente
Assuntos Públicos
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e diretor sénior
amoratalla@llorenteycuenca.com

Jordi Sevilla
Vice-presidente de
Contexto Económico
jsevilla@llorenteycuenca.com

Latam Desk
Claudio Vallejo
Diretor sénior
cvallejo@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 - planta 3
28001 Madrid
Tel. +34 91 563 77 22

Ana Folgueira
Diretora geral de Impossible Tellers
ana@impossibletellers.com

Impossible Tellers
Diego de León, 22, 3º izq
28006 Madrid
Tel. +34 91 438 42 95

Lisboa

Tiago Vidal
Diretor geral
tvidal@llorenteycuenca.com

Avenida da Liberdade nº225, 5º Esq.
1250-142 Lisboa
Tel. +351 21 923 97 00



Sergio Cortés
Sócio. Fundador e presidente
scortes@cink.es

Muntaner, 240, 1º-1ª
08021 Barcelona
Tel. +34 93 348 84 28

EUA

Miami

Erich de la Fuente
Sócio e diretor geral
edela Fuente@llorenteycuenca.com

600 Brickell Ave.
Suite 2020
Miami, FL 33131
Tel. +1 786 590 1000

Nova Iorque

Latam Desk
Lorena Pino
Consultora sénior
lpino@llorenteycuenca.com

Abernathy MacGregor
277 Park Avenue, 39th Floor
New York, NY 10172
Tel. +1 212 371 5999 (ext. 374)

Washington, DC

Ana Gamonal
Diretora
agamonal@llorenteycuenca.com

10705 Rosehaven Street
Fairfax, VA 22030
Washington, DC
Tel. +1 703 505 4211

MÉXICO, AMÉRICA CENTRAL E CARIBE

Cidade do México

Juan Rivera
Sócio e diretor geral
jrivera@llorenteycuenca.com

Av. Paseo de la Reforma 412, Piso 14,
Col. Juárez, Del. Cuauhtémoc
CP 06600, Cidade do México
Tel. +52 55 5257 1084

Havana

Pau Solanilla
Diretor geral para Cuba
psolanilla@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 - planta 3
28001 Madrid
Tel. +34 91 563 77 22

Panamá

Javier Rosado
Sócio e diretor geral
jrosado@llorenteycuenca.com

Sortis Business Tower, piso 9
Calle 57, Obarrio - Panamá
Tel. +507 206 5200

Santo Domingo

Iban Campo
Diretor geral
icampo@llorenteycuenca.com

Av. Abraham Lincoln 1069
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Tel. +1 809 6161975

REGIÃO ANDINA

Luisa García
Sócia e CEO Região Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

Bogotá

María Esteve
Sócia e diretora geral
mesteve@llorenteycuenca.com

Carrera 14, # 94-44. Torre B - of. 501
Tel. +57 1 7438000

LIMA

Luis Miguel Peña
Sócio e diretor sénior
lmpena@llorenteycuenca.com

Humberto Zogbi
Presidente
hzogbi@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro
Tel. +51 1 2229491

Quito

Alejandra Rivas
Diretora geral
arivas@llorenteycuenca.com

Avda. 12 de Octubre N24-528 y
Cordero - Edificio World Trade
Center - Torre B - piso 11
Tel. +593 2 2565820

Santiago de Chile

Claudio Ramírez
Sócio e gerente geral
cramirez@llorenteycuenca.com

Magdalena 140, Oficina 1801.
Las Condes.
Tel. +56 22 207 32 00

AMÉRICA DO SUL

Buenos Aires

Daniel Valli
Diretor geral e diretor sénior
de Desenvolvimento de
Negócios Cone Sul
dvalli@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8. C1043AAP
Tel. +54 11 5556 0700

Rio de Janeiro

Maira Da Costa
Diretora
mdacosta@llorenteycuenca.com

Rua da Assembleia, 10 - Sala 1801
RJ - 20011-000
Tel. +55 21 3797 6400

São Paulo

Marco Antonio Sabino
Sócio e presidente Brasil
masabino@llorenteycuenca.com

Juan Carlos Gozzer
Diretor geral
jcgozzer@llorenteycuenca.com

Rua Oscar Freire, 379, Cj 111,
Cerqueira César SP - 01426-001
Tel. +55 11 3060 3390



**d+i desenvolvendo
ideias**
LLORENTE & CUENCA

Desenvolvendo Ideias é o Centro de Ideias, Análise e Tendências da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

Desenvolvendo Ideias é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

Desenvolvendo Ideias é um fluxo constante de ideias que adianta os avanços da nova era da informação e da gestão empresarial.

Porque a realidade não é preta ou branca existe **Desenvolvendo Ideias**.

www.desenvolvendo-ideias.com
www.revista-uno.com